Acusados de crime sexual querem trabalhar em igreja

Seis pessoas processadas sob acusação de praticarem crimes sexuais entraram, nesta quarta-feira (25/6), com uma ação em Atlanta, na Geórgia. Eles pedem que uma das leis mais rigorosas aprovada nos EUA nos últimos anos não seja aplicada a eles. A lei proíbe os condenados por crimes sexuais, mesmo após o cumprimento da pena, de participarem de certas de certas atividades sociais – como alguns serviços religiosos e atividades que tenham a participação de crianças.

Segundo o site *Findlaw*, os acusados sustentam que se sentem prejudicados por serem "criminalizados em atividades religiosas fundamentais, como serem secretários de igrejas, membros de corais religiosos, contadores ou que desempenham qualquer papel social ligado a uma instituição religiosa". Ainda segundo a ação, "mesmo ajudar um pastor na leitura da Bíblia ou preparar uma refeição na cozinha da igreja pode nos levar à denúncia por um promotor ou à decretação de uma prisão preventiva".

Desde 2006 a Geórgia dispõe de lei que proíbe condenados por crimes sexuais de fazerem parte de quaisquer atividades religiosas. Também são proibidos de trabalhar ou viver a menos de um quilômetro e meio de locais habitados e freqüentados por crianças —o que incluiu parques, ginásios de esportes, piscinas e os mais de 150 mil pontos de ônibus daquele estado. Romper esse cerco pode custar ao acusado de 10 a 30 anos de prisão.

Date Created 25/06/2008